



# DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024

### **AVISO E EDITAL**



# Diário Oficial do Municipio Municipio Oficial do Ofic

### Prefeitura Municipal de Buerarema

terça-feira, 6 de agosto de 2024

Ano XII - Edição nº 01535 | Caderno 1

# Prefeitura Municipal de Buerarema publica



Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba

buerarema.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian D7338AD51C398D528D7A45404A684C43

### Prefeitura Municipal de Buerarema

## **SUMÁRIO**

- AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2024.
- AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2024.

Avenida Goes Calmon | 591 | Centro | Buerarema-Ba buerarema.ba.gov.br





#### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024, ART.75, il DA LEI 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE BUERAREMA – BA, leva ao conhecimento dos interessados, com base na Lei Federal N° 14.133/2021, que realizará Dispensa de Licitação, com vistas à Contratação de empresa para prestação de serviços de som de pequeno porte para serem utilizados em eventos realizados pelas Secretarias Municipais.

Dessa forma, solicitamos apresentar proposta de prestação de serviços, conforme condições observadas a seguir:

- I. CRITÉRIO DE JULGAMENTO Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO;
- II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 09/08/2024 às 17h00m.
- III. ABERTURA DAS PROPOSTAS: O Agente de Contratação e Equipe de Apoio deverá analisar e apresentar o resultado em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento das propostas.
- IV. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de som de pequeno porte para serem utilizados em eventos realizados pelas Secretarias Municipais.
- V. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:
- 1. Detalhamento do objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de som de pequeno porte para serem utilizados em eventos realizados pelas Secretarias Municipais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QTD
1.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 08 CANAIS	LOCAÇÃO	13
2.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 12 CANAIS	LOCAÇÃO	11
3.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 16 CANAIS	LOCAÇÃO	14

VI. DA PROPOSTA DE PREÇOS







- 6.1. O interessado deverá protocolar o envelope contendo a proposta de preços até o dia 09/08/2024 às 17h00m no setor de licitações situado na Avenida Góes Calmon, nº 591, Centro, Buerarema BA ou enviar a proposta para o e-mail: licitacao@buerarema.ba.gov.br
- 6.2. A proponente deverá preencher a minuta de proposta indicada no anexo II do presente edital e observará o seguinte:
- a) NA OFERTA DA PROPOSTA deve estar incluso o valor de todas as taxas e tributos;
- b) Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e que se lograr êxito apresentará a documentação de habilitação indicada neste edital.
- c) Prazo de Vigência: 31/12/2024, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14.133/2021.

#### VII. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICA, FISCAL E TÉCNICA

Após a divulgação do proponente classificado em primeiro lugar, a Agente de Contratação convocará o proponente para comprovar a regularidade jurídica, fiscal e técnica, no prazo de até 24 (horas) podendo, inclusive, encaminhar a documentação atravésdo e-mail: licitacao@buerarema.ba.gov.br

#### 7.1. Regularidade Jurídica:

Conforme previsão contida no art. 66 da Lei Federal N° 14.133/2021: "A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada."

Ante ao exposto, a proponente deverá apresentar no que couber:

- a) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- b) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e de todas alterações ou da consolidação respectiva, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária e sociedade simples, e quando for o caso, acompanhado de documento comprovando os seus administradores;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, devendo todos os documentos estar traduzidos para o vernáculo por tradutor oficial;







Em qualquer dos casos acima enumerados,o objeto constante do ato constitutivo da empresa deverá ser compatível com o objeto licitado.

- 7.2 Demais comprovações:
- a) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto.
- 7.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68 da Lei 14.133/2021);
- a) a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) a regularidade perante a Fazenda Federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- e) declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

As demais documentações encontram-se descritas no item 7 do Termo de Referência.

#### VIII. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes deste processo correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento de 2024 das Secretarias Municipais, no Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

#### IX. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

E-mail: licitacao@buerarema.ba.gov.br – Queila Souza de Andrade - Agente de Contratação.

#### X. DA DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL

Em cumprimento à Lei 14.133/2021, o sítio eletrônico oficial do Município de Buerarema – BA é o seguinte: http://www.ipmbrasil.org.br/DIARIOOFICIAL/ba/pmbuerarema/home

A presente manifestação de interesse em obter propostas, através do presente edital, será divulgada através do sítio eletrônico







oficial do Município de Buerarema - BA, conforme prevê no § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2021, com o objetivo de viabilizar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

Conforme prevê no artigo 72, parágrafo Único da Lei 14.133/2021, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

#### XI. REFERÊNCIA DE TEMPO:

Para toda referência de tempo será observado o horário de Brasília- DF.

Buerarema - BA, 06 de Agosto de 2024

Queila Souza de Andrade Agente de Contratação





#### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

- 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021)
- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de som de pequeno porte para serem utilizados em eventos realizados pelas Secretarias Municipais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 08 CANAIS	LOCAÇÃO	13	R\$ 1.040,00	R\$ 13.520,00
2.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 12 CANAIS	LOCAÇÃO	11	R\$ 1.360,00	R\$ 14.960,00
3.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 16 CANAIS	LOCAÇÃO	14	R\$ 2.160,00	R\$ 30.240,00

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2024, contado da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
- 1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 58.720,00 (cinquenta e oito mil setecentos e vinte reais).
- 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

A cidade de Buerarema frequentemente realiza eventos culturais, educacionais, esportivos e comunitários organizados pelas suas diversas Secretarias Municipais. Esses eventos desempenham um papel crucial na promoção da cultura local, integração comunitária e divulgação de informações de interesse público. Para garantir a qualidade e eficiência na execução desses eventos, é essencial dispor de um sistema de som adequado.

Justificativa para a Locação de Som de Pequeno Porte:

\*Adequação ao Escopo dos Eventos: Os eventos realizados pelas Secretarias Municipais variam em tamanho e público-alvo, desde pequenas palestras e workshops até celebrações comunitárias e festividades culturais. Um sistema de som de pequeno porte é suficiente para atender a maioria desses eventos, proporcionando clareza na comunicação e ambientação sonora





apropriada, sem exageros que poderiam ser desnecessários para eventos menores.

\*Flexibilidade e Mobilidade: A locação de um sistema de som de pequeno porte permite flexibilidade para utilizar o equipamento em diferentes locais e configurações, conforme as necessidades específicas de cada evento. Por serem mais compactos, esses sistemas são mais fáceis de transportar e instalar, agilizando a preparação dos eventos e minimizando custos operacionais.

\*Redução de Custos: Investir na aquisição de equipamentos de som de grande porte pode representar um alto custo inicial e de manutenção. Além disso, a utilização de sistemas maiores em eventos menores pode resultar em desperdício de recursos e energia. A locação de som de pequeno porte é uma solução econômica, pois se paga apenas pelo uso necessário, sem preocupações com armazenamento, manutenção ou obsolescência dos equipamentos.

\*Qualidade e Segurança: Empresas especializadas em locação de equipamentos de som garantem a manutenção regular e a qualidade dos dispositivos, assegurando um desempenho eficiente e seguro durante os eventos. Isso reduz o risco de falhas técnicas que poderiam comprometer a realização das atividades planejadas.

\*Versatilidade e Modernidade: Os sistemas de som de pequeno porte disponíveis para locação geralmente incluem tecnologia moderna e recursos versáteis, como microfones sem fio, conexões Bluetooth e entradas para diferentes dispositivos. Isso permite uma melhor adaptação às necessidades específicas de cada evento, seja para discursos, apresentações musicais ou outros tipos de atividades.

Dada a variedade de eventos realizados pelas Secretarias Municipais de Buerarema, a locação de sistemas de som de pequeno porte apresenta-se como uma solução prática, econômica e eficiente. Além de garantir uma boa qualidade de som, essa opção permite flexibilidade e adequação às necessidades específicas de cada evento, promovendo a realização de atividades de forma profissional e organizada.

Portanto, é recomendável que as Secretarias Municipais adotem a prática de locação de sistemas de som de pequeno porte para eventos, a fim de assegurar uma comunicação clara e eficaz, proporcionando uma experiência satisfatória para todos os participantes.

- 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)
- 3.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados de forma indireta.
- 3.2. Os serviços deverão ser executados no prazo de vigência do contrato, que será até o dia 31/12/2024, contados a partir da





assinatura do contrato, com a efetiva prestação dos serviços, de forma parcelada, a partir das ordens de serviços.

- 3.2.1. Caberá única e exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade por todos os custos dos materiais necessários para a execução dos serviços.
- 3.3. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- 3.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 3.5. Não haverá exigência de garantia contratual.

#### 4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6°, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021)

- 4.1 O prazo de execução dos serviços será da data da assinatura do contrato até 31/12/2024.
- 4.2. Os serviços serão prestados nos locais indicados na Ordem de Serviço emitida por cada secretaria.
- 4.3. Obrigações da Contratada:
- a) Executar os serviços conforme especificações da proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Administração da Prefeitura Municipal de Buerarema, conforme previsto no art. 125, da Lei 14.133/21;
- c) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;
- d) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Buerarema e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- e) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- f) Responder por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados à CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.





- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato:
- i) Submeter-se-á a todas as normas e condições do Termo de Referência e seus anexos, que integram este contrato, independente da transcrição.
- j) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- k) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 4.4 Obrigações da Contratante:

#### A CONTRATANTE compromete-se a:

- a) Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;
- b) Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço efetivamente prestado;
- c) Encaminhar a nota de empenho para a contratada;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- e) Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto:
- f) Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;
- g) Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência.
- h) A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.





#### 5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6°, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 5.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5°).
- 5.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 5.1.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 5.1.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 5.1.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 5.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 5.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 5.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 5.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).





- 5.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2°).
- 5.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3°).
- 5.1.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 5.1.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1°).

#### 6. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
- 6.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Setor de Finanças, a nota fiscal e/ou fatura dos serviços prestados de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Fundo Municipal de Buerarema/BA, e conter o número do empenho correspondente.
- 6.3. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.
- 6.4. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 6.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





- 6.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 6.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 6.10. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 6.11. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

#### 7. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, assim considerada a menor proposta por valor global, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:

#### 7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:





- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS (Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e da Dívida Ativa da União fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e pela Procuradoria da Fazenda Nacional);
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas;

#### 7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas e de início da abertura dos envelopes. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de 30 dias após a sua expedição ou revalidação.

#### 7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### 7.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR





Além dos documentos referidos anteriormente, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Declaração que não possuí em seu quadro de pessoal empregado(s) declaração que entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos, e demais profissionais não figuram empregados na gestão do Município de Buerarema.
- b) Declaração por meio do seu representante legal devidamente credenciado para este ato, declara, sob as penas da lei, que até esta data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação neste processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

#### 8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta do Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica na dotação orçamentária de todas as Secretarias.

#### 9. DA LEGISLAÇÃO

A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar as leis, decretos, regulamentação, portarias e normas federais, estaduais e municipais diretamente e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas.

Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual, federal pertinente, independente de citação:

- Códigos, leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- Normas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT,
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego MTE
- Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

#### 10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO





Para efeito desta contratação, o orçamento estimado, correspondente ao critério máximo de aceitabilidade do preço global é de: R\$ 58.720,00 (cinquenta e oito mil setecentos e vinte reais), utilizando-se como base os valores praticados em 2023 no Município para o mesmo serviço.

Isaac Jose des Santos Neto

Secretário Interino de Administração

Thais Santos Pereira

Secretária de Educação

Rayssa Ibrann Oliveira Santos de Almeida

Secretária Municipal de Saúde

Wellington dos Santos Costa

Secretário de Desenvolvimento Social





#### ANEXO II - MINUTA DE PROPOSTA DE PREÇOS

4	DADOS	$\Box$	DDO	DONEN	ITC.
	DADUS	IJA	PRU	PUNEN	

NOME DA EMPRESA	
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
ENDEREÇO:	CEP
CIDADE/UF	TELEFONE:
CONTATO:	
OBSERVAÇÃO: solicitamos a t	dos os participantes que ao encaminharem sua proposta providenciem
l o preenchimento dos dados acir	a solicitados
o preenchimento dos dados acir	a solicitados

#### 2. PROPOSTA COMERCIAL:

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do Edital referente da Dispensa de Licitação N° 009/2024 com fundamento no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa proposta para Contratação de empresa para prestação de serviços de som de pequeno porte para serem utilizados em eventos realizafos pelas Secretarias Municipais, em conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital e seus Anexos.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VAL UNI	VAL TOT

Valor Total =	
Atenciosamente,	

Proponente

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) do proponente







#### ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7°, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Local e data)
À
Prefeitura Municipal de Buerarema - BA
Agente de Contratação
Referência: Dispensa de Licitação N° 009/2024, com fundamento no art. 75, II da Lei Federal N° 14.133/2021
Prezado Senhor,
A empresa , inscrita no CNPJ sob o Nº , neste ato representada por (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital de convocação para a Dispensa deLicitação N° 009/2024 e no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.
Atenciosamente,

NOME

Representante legal da empresa







#### **ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO**

O MUNICÍPIO DE BUERAREMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.721.188/0001-09, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Góes Calmon, 591, Centro, Buerarema/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Vinícius Ibrann Dantas Andrade Oliveira, portador da Cédula de identidade nº 0953982289, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº 017.999.825-05, residente e domiciliado em Buerarema/BA na Rua 9, nº 390, Loteamento Jardim Pouso Feliz, CEP: 45.615-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e figuram neste ato como coparticipantes o FUNDO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, inscrito no CNPJ nº 30.986.880/0001-88, localizado na cidade de Buerarema/BA, na Avenida Góes Calmon, nº 591, 1º Andar, Centro, CEP: 45.615-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, designada pelo decreto nº 594/2024, Thaís Santos Pereira, portadora da Cédula de identidade nº 06016649 57, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 943,773,915-34, residente e domiciliada em Buerarema/BA, na Rua Manoel Vitorino, nº 127, Bairro Centro, CEP: 45.615-000; o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUMSAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 13.558.360/0001-55, localizado na cidade de Buerarema/BA, na Avenida Góes Calmon, nº 774, Centro, CEP: 45.615-000, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Saúde, designada pelo decreto nº 328/2023, Rayssa Ibrann Oliveira Santos de Almeida, portadora da Cédula de identidade nº 1123527822, emitida pela SSP/BA, e inscrita no CPF/MF: 057.728.495-90, residente e domiciliada em Buerarema/BA, na Rua 9, nº 390, Loteamento Jardim Pouso Feliz, CEP: 45.615-000; o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DE BUERAREMA, inscrito no CNPJ nº 15.497.098/0001-01, localizado na cidade de Buerarema/BA, na Avenida Góes Calmon, nº 591, 1º Andar, Centro, CEP: 45.615-000 neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, designado pelo decreto nº 327/2023, Wellington dos Santos Costa, portador da Cédula de identidade nº 0839270003, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF: 013.280.275-97, residente e domiciliado em Eunápolis/BA, na Avenida Belo Horizonte, nº 371, Jardim América I, CEP: 45.821-447, doravante denominada CONTRATANTE,e do outro lado a empresa....., inscrita no CNPJ nº:....estabelecida nº ....... - Bairro .......qualificar) , adui representada por ......(qualificar) , adiante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Figura como objeto do presente contrato, a Contratação de empresa para prestação de serviços de som de pequeno porte para serem utilizados em eventos realizafos pelas Secretarias Municipais, conforme especificações no instrumento convocatório, da Dispensa de Licitação N° 009/2024 com fundamento no art. 75, Il da Lei 14.133/2021 e seu respectivo resultado, nas quantidades, especificações e valores descritos abaixo.







ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01					
TOTAL GER	AL				

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Os recursos para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta do Elemento de Despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica na dotação orçamentária de todas as Secretarias.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO

3.1 - Aplicam-se ao presente contrato as disposições da Lei Federal 14.133/2021

#### CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

- 4.2- As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

#### CLÁUSULA QUINTA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1 Incumbe à Contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação e habilitação exigida na licitação à qual este se encontra vinculado, bem como, fornecer e executar o contrato, com eficiência e qualidade, sempre eno momento em que a Contratante necessitar; arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes da execução contratual, inclusive de eventuais deslocamentos que se façam necessários, além de outros vinculados à naturezado objeto
- 5.2 Cabe também a Contratada, além do aqui estabelecido, executar o contrato em obediência a todas as normas estabelecidas na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA: DOS MOTIVOS DE RESCISÃO, ALTERAÇÕES E MULTA RESCISÓRIA







- 6.1- Constitui motivos de rescisão, além das demais hipóteses previstas neste instrumento:
- a) O atraso injustificado na prestação do serviço;
- b) A entrega do objeto de qualidade baixa, que não atenda às necessidades da Administração.
- 6.2 O presente contrato poderá ser rescindido, unilateralmente pela administração ou por acordo entre as partes, com pagamento do que já houver sido executado, ou, ainda, judicialmente.
- 6.3- Observar-se-á ainda quanto à rescisão do presente contrato as disposições contidas nos arts. 155 e seguintes da Lei 14.133/2021 e outras disposições da referida legislação, sendo que, em caso de rescisão, art. 138, administrativa deverão ser assegurados os direitos da administração contratante, especialmente dos de que trata o art. 139 da mesma Lei.
- 6.4- O presente contrato poderá ser alterado na forma prevista no art. 125 e outras disposições da lei 14.133/2021.
- 6.5- Em caso de rescisão contratual por culpa da contratada esta ficará sujeita amulta de 10% (dez por cento) do valor global deste Instrumento.

#### CLÁUSULA SETIMA: DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura para findarem em 31/12/2024, podendo ser rescindido ou prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021 caso fique comprovado, observadas as disposições legais reguladoras da matéria.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA VINCULAÇÃO

8.1 - Vincula-se este contrato, nos termos da lei 14.133/2021 e suas modificações, ao Processo da Dispensa de Licitação N° 009/2024 com fundamento no art. 75, II da Lei 14.133/2021, aplicando-se ao mesmo todas as disposições contidas no Edital da Licitação citada, inclusive, noque se refere às sanções aplicáveis por inadimplemento.

#### CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1 - Ocorrendo a hipótese de inadimplência contratual, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.





- 9.2- Pela inexecução deliberada, total ou parcial, das condições estabelecidas, a Administração poderá garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:
- 9.2.1- Advertência por escrito;
- 9.2.2– Em caso de descumprimento total ou parcial da obrigação assumida, poderá ser aplicada multa de até 30% do valor do contrato, sendo que, em casode atraso na execução do objeto contratual, será aplicada multa diária de 2% dovalor do contrato;
- 9.2.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitações e contratar, com o licitante, por um período não superior a 03 (três) anos, conforme na formado § 4º do art.156 da Lei n.º 14.133/2021;
- 9.2.4- Extinção do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

10.1 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que fizerem necessárias no objeto do presente contrato até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato atualizado,conforme art. Art. 125. da lei 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

- 11.1 Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal N° 14.133/2021 e LC 123/2006.
- 11.2 Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Buerarema-BA, renunciando, desde já as demais.

E por estarem assim justos e pactuados, firmam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assim, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Buerarema, de	de 2024.
	***************************************
	Prefeito Municipal







•	•	•	•	•	•	•	•	•	٠	•	٠	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	٠
				(	-		(	7	ı	١	J	-	ſ	١	_	2	į	١	-	T	-	1	l	ſ	)	,	٩	l								

Testemunhas	
Nome:	CPF
Nome:	CPF







# DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024

## PROPOSTAS DE PREÇOS

#### LEORNADO CARVALHO PIRES 05275916531 CNPJ: 45.776.129/0001-24

#### PROPOSTA DE PREÇO

INSCRIÇÃOESTADUAL:
GEP: 45615-000
TELEFONE:

#### PROPOSTA COMERCIAL:

Prezados Senhores,

Após cuidados o exame e estudo do Edital referente da Dispensa de Licitação N° 009/2024 com fundamento no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, seus anexos e a pensos, com os quais concordamos, viemos apresentar a nossa proposta para Contratação de empresa para prestação de serviços de som de pequeno porte para serem utilizados em eventos realizados pelas Secretarias Municipais, em conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital e seus Anexos.

O prazo de validade da proposta é de 60(sessenta) dias, a contar da data da apresentação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 08 CANAIS	LOCAÇÃO	13	R\$ 1.040,00	R\$ 13.520,00
2.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 12 CANAIS	2001,710	11	R\$ 1.360,00	R\$ 14.960,00
3.	SOM COM A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: 06 DUBS; 4 MÉDIOS; 16 CANAIS	LOCAÇÃO	14	R\$ 2.160,00	R\$ 30,240,00

Valor Global: R\$ 58.720,00 (cinquenta e oito mil setecentos e vinte reais)

LEORNADO CARVALHO PIRES 05275916531 CNPJ: 45,776.129/0001-24





# DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2024

## **DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA**

Av. Goes Calmon, 591, Centro CEP: 45.615-000 Buerarema-Ba • CNPJ: 13.721.188/0001-09

## Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



Empresario(a)

**Nome Civil** 

CPF

LEONARDO CARVALHO PIRES

052.759.165-31

**CNPJ** 

Data de Abertura

24/03/2022

45.776.129/0001-24

Nome Empresarial

LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

Capital Social

20.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

24/03/2022

Endereco Comercial

CEP

Logradouro

Número

Complemento

45615-000

RUA DR MANOEL LINS

525

BOX A

Bairro CENTRO

Munícipio

BUERAREMA

UF BA

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Periodos de Enquadramento como MEI

Período

vídeo

Início

Fim

1º período

24/03/2022

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo, Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal

Técnico(a) de sonorização e de iluminação independente

Atividade Principal (CNAE)

9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação

Ocupações Secundárias

Comerciante independente de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e

Locador(a) de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes, independente

Atividades Secundárias (CNAE)

4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

7739-0/03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

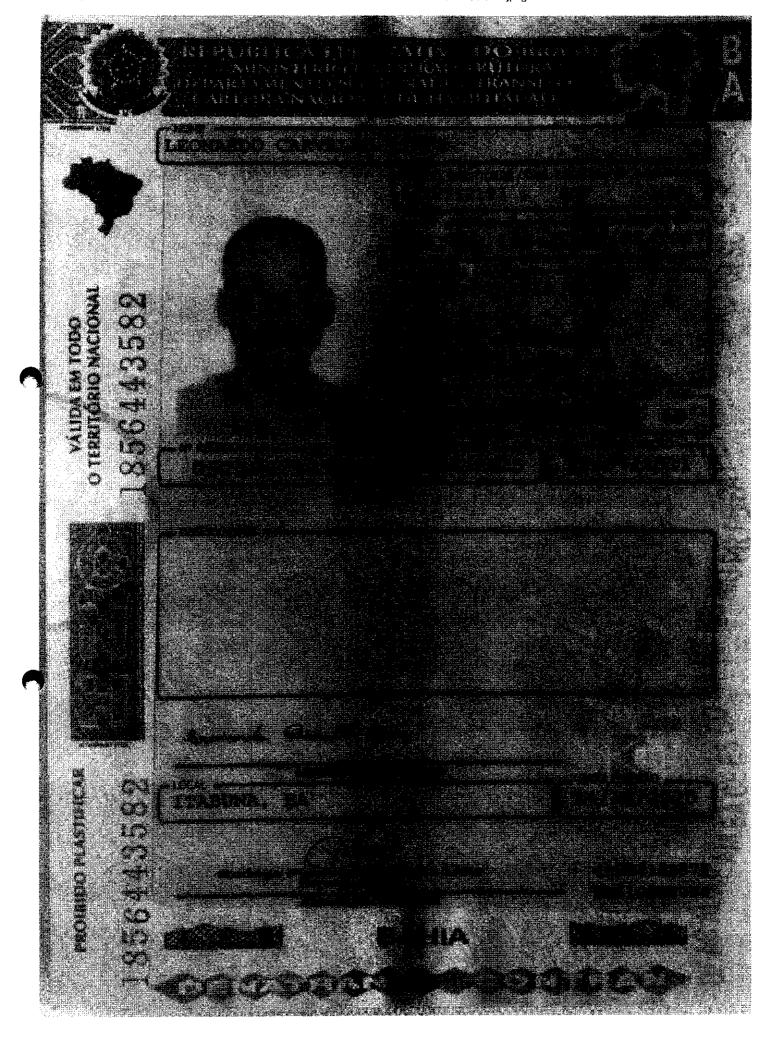
#### Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de <u>Dispensa de Alvará e Licença de</u> Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.\*

\* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <a href="https://mei.receita.economia.gov.br/certificado">https://mei.receita.economia.gov.br/certificado</a>. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



08/08/24, 12:23 about:blank



#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

	CADASTRO NACIONAL	DA PESSOA JURIDIC	A	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 45.776.129/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS	DATA DE ABERTURA 24/03/2022		
NOME EMPRESARIAL LEONARDO CARVALHO	PIRES 05275916531			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	PORTE ME			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 90.01-9-06 - Atividades d	DADE ECONÔMICA PRINCIPAL le sonorização e de lluminação			
77.39-0-03 - Aluquel de p	VIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS valcos, coberturas e outras estruturas vrejista especializado de eletrodomést	de uso temporário, exceto and ticos e equipamentos de áudio	daimes e vídeo	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 213-5 - Empresário (Indiv	JREZA JURÍDICA V <b>idual)</b>			
LOGRADOURO R DR MANOEL LINS		NÚMERO COMPLEMENTO BOX A		
CEP 45.615-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BUERAREMA	UF <b>BA</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO MAGAYVERSOM@HOTM	MAIL.COM	TELEFONE (73) 8812-6279		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV	/EL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL //03/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			TA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/08/2024 às 12:22:59 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

CNPJ: 45.776.129/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 12:15:50 do dia 08/08/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/02/2025. Código de controle da certidão: **7257.45CD.5F0F.5835** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Emissão: 08/08/2024 12:11

#### Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20243345626

RAZÃO SOCIAL			
LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531			
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ		
196.065.539	45.776.129/0001-24		

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 08/08/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIA
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



#### Prefeitura Municipal de Buerarema SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAÇAS

AV. GOES CALMON, 591 CENTRO - BUERAREMA - BA CEP: 81023-104

CNPJ: 13.721.188/0001-09

#### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**

Número: 000127/2024.E

Nome/Razão Social: LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

Nome Fantasia: MAGAIVER SOM

Inscrição Municipal: 4001334 CPF/CNPJ: 45.776.129/0001-24

Endereço: RUA DR MANOEL LINS, 529 BOX A

CENTRO BUERAREMA - BA CEP: 45615-000

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:
***************************************
**************************************
**************************************
**************************************
Esta certidão foi emitida em09/08/2024 com base no Código Tributário Municipal.

Certidão válida até: 08/10/2024

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: 5600009961910004000208060000127202408094



Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:

https://buerarema.saatri.com.br, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Valta"

Imprimir



### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

45.776.129/0001-24

Razão Social:

LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

Endereço:

RUA DR MANOEL LINS 529 BOX A / CENTRO / BUERAREMA / BA / 45615-

000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/07/2024 a 22/08/2024

Certificação Número: 2024072420145779350587

Informação obtida em 08/08/2024 12:12:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531 (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 45.776.129/0001-24 Certidão n°: 54478294/2024

Expedição: 08/08/2024, às 12:11:04

Validade: 04/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531 (MATRIZ E FILIAIS)** , inscrito(a) no CNPJ sob o n° 45.776.129/0001-24, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



#### PODER JUDICIÁRIO Tribunal de Justiça do Estado da Bahia



### CERTIDÃO ESTADUAL CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU

**CERTIDÃO Nº: 00542884E** 

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (https://portalcertidoes.tjba.jus.br/#/primeirograu).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuição de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores à data de 08/08/2024, verifiquei NADA CONSTAR em nome da parte abaixo indicada:

Razão Social: LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

CNPJ: 45.776.129/0001-24

Endereço: RUA DR MANOEL LINS- BARRO: CENTRO MUNICÍPIO: BUERAREMA.

Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Em caso de inconformidade entrar com contato com o SEDEC através do e-mail sedec@tjba.jus.br.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade da RAZÃO SOCIAL com o CNPJ. Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário.

Certidão emitida de acordo com a lei n° 11.971, de 06/07/2009 e com o §1° do art. 8° da resolução 121/2010 do CNJ, que impede emissão de certidão positiva quando constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação sem sentença condenatória transitada em julgado. A pessoa prejudicada pela disponibilização de informação na rede mundial de computadores poderá solicitar a retificação ao órgão jurisdicional responsável.

Certifico, finalmente, que esta certidão é sem custas.

Esta certidão tem validade de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessário a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 8 de agosto de 2024



#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a Empresa LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531, inscrito no CNPJ: sob o nº 45.776.129/0001-24, estabelecida na Rua Dr. Manoel Lins, 529, Box A, — na cidade de BUERAREMA-BA, Estado da Bahia, prestou serviços à PREFEITURA MUNICIPAL DE BUERAREMA, CNPJ nº 13.721.188/0001-90, sob o contrato nº 154A/2022 na locação de sonorização de pequeno e médio porte para serem utilizados em eventos realizados pelas secretarias e setores ligados às mesmas.

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Buerarema - Ba, 09 de agosto de 2024

Isaac José dos Santos Neto Secretária de Administração Rortaga nº 003/2024



#### LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

CNPJ: 45.776,129/0001-24

#### DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISOXXXIIIDO ART.7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531, Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art.68 da Lei14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor ,a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ). Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Buerarema 09 de Agosto de 2024

LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

Demark Consella for

CNPJ: 45.776.129/0001-24



#### LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

CNPJ: 45.776,129/0001-24

#### DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGO SPCD

A empresa, LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531, com endereço na Rua DR Manoel Lins, Nº 525 Box A, Centro, Buerarema-BA, declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inclsoXVII da Lei n°14.133/2021.

Buerarema 09 de Agosto de 2024

LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531 CNPJ: 45.776.129/0001-24



#### LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531

CNPJ: 45.776.129/0001-24

#### DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ESTÁ INCURSO EM IMPEDIMENTOS

A empresa, LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531, com endereço Rua DR Manoel Lins, N° 525 Box A, Centro,Buerarema-BA, declara para os devidos fins licitatórios que não incursam os impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trala o art.14 da Lei Federal N°14.133/2021.

Buerarema 09 de Agosto de 2024

LEONARDO CARVALHO PIRES 05275916531 CNPJ: 45.776,129/0001-24

Digitalizado com CamScanne